

## QUANDO O OCIDENTE SE ASSOMBROU: IMAGENS SOBRE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Luciana de Lima Martins<sup>1</sup>

“As luzes se apagam em toda a Europa (...)  
Não voltaremos a vê-las acender-se  
em nosso tempo de vida.”  
Edward Grey, Secretário das Relações  
exteriores da Grã-Bretanha em 1914.

Edward Grey, o autor da frase acima citada, de acordo com Hobsbawm (1995, p. 30), realmente não voltou a ver as luzes se acenderem na Europa. Ele morreu em setembro de 1933, ou seja, em meio à guerra mundial do Breve Século XX<sup>2</sup>, que durou de 1914 até 1945.

Este artigo versa sobre a primeira parte deste conflito mundial, ou seja, de 1914 a 1918, primeiro período de disputa armada que, ainda de acordo com o autor (1988, p. 427), talvez seja o assunto mais estudado pelos historiadores. A recorrência do tema, no nosso entendimento, evidencia a diversidade e a complexidade das experiências humanas no geral e especialmente das guerras. Para Bonanati,

nada envolve tanto os seres humanos, de maneira tão íntima e completa, quanto a guerra e seus acontecimentos, com a dívida suprema que ela cobre, ou seja: a morte, a dor, as feridas e os sofrimentos, a mobilização de todos os recursos (econômico e espiritual, industrial e científico, ideológico e religioso) (BONANATI, 2001, p.21).

Assim, a inteligibilidade de experiências como estas não nos parece simplória e nem definitiva, mas possibilidade, ou melhor, possibilidades de compreensão e de entendimento do homem na sua longa jornada no tempo e no espaço na busca por si mesmo.

Nós, historiadores, nesses dois últimos séculos, desenvolvemos alguns formatos para compreendermos a história do homem através do tempo. Inicialmente, a história científica passa por um momento crucial no século XIX. A história produzida, até então, dialogava e utilizava-se dos mais diferentes meios - da tradição oral até escritos dos mais diversos assuntos – e não possuía métodos ou regras rígidos ou pré-estabelecidos. Ranke, por sua vez, propõe critérios de organização, concatenação e elaboração da

---

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal da Paraíba. Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB. E-mail: lucianalima79@hotmail.com

<sup>2</sup> O Breve Século XX é a denominação utilizada por Hobsbawm (1995, p. 15) para o período que se inicia com a Grande Guerra (1914-1918) e vai até o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), em 1991.

história, conhecidos como modelo tradicional ou rankeano, fundamentado na preponderância dos assuntos políticos, da narrativa como sinônimo de descrição dos acontecimentos, dos grandes homens (dirigentes civis e militares) e dos documentos oficiais como detentores da verdade histórica. Ainda que, de acordo com Burke (1992, p. 10), Ranke estivesse menos limitado pelo seu modelo que seus seguidores, esta formatação contribuiu para a legitimação da história, enquanto conhecimento científico, e para a profissionalização dos seus produtores, enquanto historiadores.

No âmbito mais geral do conhecimento científico, no século XIX e início do século XX, alguns pesquisadores como Durkheim, Henri Berr, La Blache, para citar alguns apenas, propõem reflexões teórico-metodológicas que coadunam com as ideias de alguns historiadores como Bloch e Febvre, entre outros, que serão conhecidos como historiadores do Movimento dos *Analles*, que questionavam o método tradicional vigente. A compreensão dos fatos sociais como coisas, a observação das recorrências e não apenas das singularidades nas reflexões históricas, e uma ampliação e aprofundamento do tempo percebida através de uma geografia humana (Cf. REIS, 2000, p. 46-61), respectivamente, contribuíram para

a necessidade de uma história mais abrangente e totalizante nascia do fato de que o homem se sentia como um ser cuja complexidade em sua maneira de sentir, pensar e agir, não podia reduzir-se a um pálido reflexo de jogos e poder, ou de maneiras de sentir, pensar e agir dos poderosos do momento. Fazer *uma outra história*, na expressão usada por Febvre, era portanto menos redescobrir o homem do que enfim, descobri-lo na plenitude de suas virtualidades, que se inscreveriam concretamente em suas realizações históricas. (ODÁLIA; NILO, 1997, p. 7). Grifo no original.

Ainda que a adjetivação da história como totalizante ou total seja passível de uma discussão teórica infundável para as partes pró e contra desta possibilidade, o que queremos evidenciar é a percepção da complexidade e da variabilidade das experiências humanas através do tempo, bem como, a compreensão/aceitação por parte dos historiadores da diversidade histórica, assim parece-nos mais interessante falar de verdades e não verdade, e da grata satisfação (ainda que não seja nada fácil) do diálogo com outras áreas da esfera social, acadêmicas ou não. Desta perspectiva, as frentes de pesquisas abertas pelo Movimento dos *Analles* e seus desdobramentos teórico-metodológicos, no nosso entendimento, possibilitaram novos horizontes reflexivos para os historiadores.

A noção de cultura e suas posteriores conceituações contribuíram sobremaneira para a modificação do olhar do historiador. Inicialmente vinculada ao gado e ao cultivo

da terra, a noção de cultura tem o seu uso diversificado e passa, durante o século XVIII, a compreender a produção e o campo mental de determinado assunto específico, como por exemplo, a cultura das artes, com a utilização fazendo-se necessária a partir de um objeto específico, ou seja, de um complemento. (Cf. CARDOSO, 2005, p. 262). Vinculada à esfera humana, a noção de cultura passa a apresentar duas possibilidades de interpretação: a primeira privilegiava uma dimensão mais ampla da coletividade, concebida como uma “entidade complexa, holística e estruturada [...] transindividual de dimensões variáveis” (CARDOSO, 2005, p.262) e a segunda, mostrava-se mais restritiva e elitista que a anterior, uma vez que vinculava-se à aquisição de um modelo artístico e literário, normalmente denominado de alta cultura intelectual (Cf. CARDOSO, 2005, p. 262). De acordo com o autor, a maioria dos intelectuais que se utilizavam desta noção, a compreendia a partir desta segunda interpretação.

No universo acadêmico, a conceituação de cultura foi e continua sendo complexa e polissêmica (Cf. CARDOSO, 2005, p.282), abarcando um grande leque de possibilidades interpretativas. Historicamente o primeiro pesquisador a conceituar a noção de cultura foi o antropólogo Edward Tylor, em fins do século XIX. Segundo ele,

cultura ou civilização, tomada em seu sentido etnológico mais vasto, é um todo complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. (TYLOR, apud CARDOSO, 2005, p. 266).

Desta definição de Tylor, dois aspectos são relevantes: o primeiro diz respeito ao caráter adquirido desse conceito, ou seja, a cultura é algo que se adquire, “que se aprende no seio do social, e não algo transmitido genericamente, o que quer dizer que, deste ponto de vista, ‘cultural’ se opõe a ‘natural’” (CARDOSO, 2005, p. 266); o segundo se refere à incorporação de aspectos econômicos, tecnológicos, enfim, materiais, em meio aos elementos mentais, fazendo com que se possa distinguir “cultura material” e “cultura não-material” (Cf. CARDOSO, 2005, p. 266).

O compartilhamento das reflexões e definições de cultura, ou ainda, de estudos ou aspectos culturais pelas diversas disciplinas contribuíram para a abertura de novas frentes de trabalho e perspectiva, tanto teóricas quanto metodológicas. No que se refere ao conhecimento histórico, de acordo com Burke(2005), a incorporação destas reflexões apresentou como fruto a história cultural. Em meio a este amplo universo da história cultural, queremos evidenciar uma noção de suma importância para nosso entendimento: o de cultura histórica.

De acordo com Le Goff (1996, p. 47), a expressão cultura histórica foi utilizada em princípios pelo historiador Bernard Guenée, na década de 1980. Para ele, essa expressão abarca a bagagem profissional do historiador, a sua produção e a de seus pares, a audiência dos mesmos e o público interessado. Assim, inicialmente, a expressão cultura histórica estava restrita ao campo historiográfico.

Nos últimos anos, porém, esta expressão ultrapassou os limites da historiografia. A historiadora Ângela de Castro Gomes (2007, p. 46-48) propõe que a compreensão de uma cultura histórica não se restringe ao universo dos historiadores, ela abrange uma amplitude além deste, ou seja, a constituição e a propagação de uma cultura histórica não é privilégio apenas dos historiadores. O historiador Élio Chaves Flores, assim faz a sua explanação acerca do tema:

Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais. (FLORES, 2007, p. 95).

Diante desta afirmação, corroborada por Gomes (2007), gostaríamos de salientar dois aspectos: a cultura histórica está relacionada ao passado e, conseqüentemente, à memória, entendidos na sua amplitude, os quais nenhum deles é monopólio dos historiadores; enquanto intersecção de vários universos sociais, com suas visões e complexidades próprias, nos é saudável pensar na pluralidade desta expressão, ou seja, talvez nos seja mais apropriado pensar em culturas históricas. Assim, propomo-nos a refletir sobre a Primeira Guerra Mundial a partir das culturas históricas engendradas pela historiografia e pela literatura sobre este momento.

Passou-se o tempo no qual os historiadores procuravam um único motivo para dar conta de uma explicação histórica. Desta forma, procuramos compreender a Primeira Guerra Mundial a partir das suas motivações que, reunidas e acionadas, forjaram o conflito. Neste contexto historiográfico, queremos evidenciar duas perspectivas: a primeira foca sua atenção ao grande desenvolvimento das forças e disputas capitalistas, ou seja, burguesas, e a sua exacerbação; a segunda, por sua vez, prioriza os interesses vinculados à aristocracia hereditária e fundiária, principal e mais

poderoso grupo social que controlava as diversas esferas da sociedade, inclusive a expansão capitalista.

A primeira perspectiva historiográfica compartilha a importância das motivações vinculadas a interesses políticos e econômicos capitalistas. Assim, as principais potências europeias, ou seja, os Impérios Britânico, Alemão, Áustro-Húngaro, Italiano, Russo e a República Francesa, em maior ou menor grau, do final do século XIX e início do século XX, possuíam seus setores capitalistas desenvolvidos de tal forma que modificaram aspectos importantes na economia e na diplomacia internacional, tendo a burguesia como anfitriã.

Segundo Hobsbawm (1988, p. 435-438), neste momento, o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento de uma economia capitalista mundial exacerbaram ainda mais a concorrência econômica entre os países e contribuíram para a fusão entre a política estatal e a economia. Assim, as empresas nacionais tinham seus interesses salvaguardados pelas políticas estatais, nos vários lugares onde disputavam mercados entre si. Os Estados, por sua vez, estabeleceram a economia como base e critério de poder internacional, ou seja, uma grande nação deveria ter uma grande economia.

O potencial advindo do desenvolvimento do capitalismo, com seu traço característico ilimitado, e o entrelaçamento das esferas estatal e econômica contribuíram também para a modificação das relações diplomáticas internacionais. Países como Estados Unidos, Japão e Alemanha, por exemplo, passaram a reivindicar mais espaços e áreas de influência e as rivalidades entre as potências foram se acirrando cada vez mais, à medida que seus interesses tomaram uma amplitude cada vez maior. A formação de blocos de alianças diplomáticas (Tríplice Aliança e Tríplice Entente) possui uma importância significativa, uma vez que, ainda que não fosse beligerante na sua essência, na eventualidade de uma guerra, o apoio mútuo dos países alinhados era essencial. Ou seja, os países-membros de cada uma das alianças apresentavam-se como suporte financeiro, industrial, bélico, etc, aos demais. Assim, uma questão envolvendo dois países pertencentes a lados distintos no jogo diplomático implicava na oposição de seus respectivos blocos. (Cf. HOBBSAWM, 1988, p. 431-443).

De acordo com o autor (1988, p. 433-447), o conflito de 1914 desencadeou-se da fusão entre crises internacionais, que foram se avolumando ao longo dos primeiros anos do século XX, tais como as disputas alemã e francesa pelo Marrocos, a anexação formal da Bósnia-Herzegovina ao território Austro-Húngaro, indispondo-a com a Rússia, o

assassinato do arqueduoque austríaco Francisco Ferdinando, entre outros, e crises internas, como, por exemplo, a ameaça de uma revolução social na Rússia, a dificuldade de estabilidade da Áustria-Hungria, formada pela união de várias etnias, etc. Desta perspectiva, 1914 aparece como o ápice desses diversos fatores e crises desencadeadas por eles de tal forma que:

Em 1914, *qualquer* incidente, por mais aleatório que fosse – até a ação de um terrorista estudantil ineficaz num canto perdido do continente – podia levar a esse confronto, se alguma nação isolada, presa ao sistema de bloco e contra-bloco, escolhesse levá-lo a sério. Assim, a guerra chegou[...] (HOBBSAWM, 1988, p. 447).

As transformações na economia e na política internacionais, analisadas por Hobsbawm (1988), refletem o universo burguês que predominava nas principais sociedades europeias e a burguesia constituía seu principal grupo social. Composta por comerciantes, banqueiros, profissionais liberais, funcionários estatais, entre outros, de acordo com Eksteins (1991, p. 238), estava fundamentada, conjuntamente, no interesse por questões de ordem prática, de bem-estar material, carreira e estudo, por exemplo, mas também num código de valores e comportamento que evidenciava a coesão social voluntariamente aceita. Isto quer dizer que as principais sociedades europeias já se configuravam capitalistas e industriais, tendo como seus princípios norteadores “a religião leiga do progresso, a preocupação com a utilidade, o sucesso e o decoro, o culto do trabalho, da perseverança e do compromisso moral, a veneração, acima de tudo, pelos esforços e serviços socialmente motivados” (EKSTEINS, 1991, p. 239). Ela, ainda, de acordo com o autor (1991, p.229), controlava as instituições e os instrumentos dos Estados, das mais simplórias funções da burocracia estatal, passando pelos mais altos cargos do governo e do exército (oficialato).

Diante disso, a Primeira Guerra se distingue das anteriores porque

se as guerras anteriores tinham sido guerras de dinastias, de interesses feudais e aristocráticos, de rivalidades principescas, a Primeira Guerra Mundial foi a primeira grande guerra da burguesia. Não é, portanto, surpreendente que os valores desta classe média tenham se tornado os valores dominantes da guerra, (...) a organização e até a estratégia e as táticas da guerra. Sua própria extensão – foi naturalmente chamada de a Grande Guerra – refletia a preocupação da classe média do século XIX com crescimento, ganho, realização e tamanho. Máquinas, impérios, exércitos, burocracias, pontes, navios, tudo aumentou de tamanho no século XIX, este século maximalista(...) (EKSTEINS, 1991, p. 229).

Deste ponto de vista, a Grande Guerra inaugura a era das guerras burguesas, ou seja, as forças burguesas e seus interesses sobrepujaram os interesses aristocráticos vigentes até aquele momento.

A segunda perspectiva historiográfica, por outro lado, evidencia as estruturas pré-industriais e pré-burguesas das principais potências europeias deste período, e os seus alicerces agrários e fundiários consistentes, nos quais a terra, ainda representava a principal forma de riqueza pessoal e de renda (Cf. MAYER, 1987, p. 33).

Para Mayer, à exceção da Inglaterra, os setores agrícolas ainda geravam as maiores proporções de renda nacional e empregavam as maiores parcelas de mão-de-obra. No setor industrial, por sua vez, inclusive na Inglaterra, principal potência industrial, as indústrias manufatureiras ainda superavam as de bens de capital. As primeiras se caracterizavam por empresas de pequeno e médio portes, de propriedade familiar, com a utilização de uma mão-de-obra considerável e baixo consumo de energia, devido à utilização de maquinário simples. Já as segundas, consideradas de grande porte, organizavam-se em grandes fábricas com maquinaria específica e grande consumo de energia, mão-de-obra semi ou especializada e necessitando de maiores investimentos, normalmente ultrapassava a categoria familiar (Cf. MAYER, 1987, P. 30-43).

Essas economias, predominantemente agrárias, ou no caso inglês, predominantemente manufatureira, estavam fundamentadas nos moldes da nobreza hereditária e nobiliárquica que ocupavam o primeiro plano em termos políticos, econômicos, sociais e culturais (Cf. MAYER, 1987, p. 16). A influência aristocrática marcante existia devido à coerência e coesão internas do seu modelo e da sua exímia habilidade em exercê-la das mais diversas formas e situações. O ápice dessa antiga ordem, formada pela nobreza nobiliárquica, possuía também considerável poder de adaptação e cooptação, o que contribuiu para sua própria longevidade através da conservação do seu poder e *status* (Cf. MAYER, 1987, p. 23).

Ela ocupava os mais altos cargos nas esferas estatais e os outros membros da burocracia não advinda dela, na grande maioria, passavam por processos de assimilação dos preceitos aristocráticos: a tendência a demonstrarem sua fidelidade social e política à antiga ordem era muito maior do que uma contrária que a questionasse (Cf. MAYER, 1987, p. 177). Assim, neste contexto, o processo de enobrecimento que consistia na incorporação dos valores aristocráticos pelas classes médias e o desejo de ser assimilado

por esta ordem era maior do que o de “aburguesamento”, que se caracterizava pela absorção dos valores burgueses por membros das nobrezas. Vale salientar que estes processos não eram fixos, ou seja, nenhum dos grupos estava imune às novas influências, porém, “a balança se inclinava a favor da elite pomposa” (MAYER, 1987, p. 91).

O predomínio aristocrático fez com que o desenvolvimento do capitalismo, neste momento, se submetesse aos seus interesses e não o contrário. A burguesia, de acordo com o autor, encontrava-se com suas forças e interesses fragmentados de tal forma que,

de negociantes e profissionais liberais emergentes não estavam em posição de desafiar as elites agrárias e do serviço público pela paridade ou predomínio entre as classes dominantes, [e] governantes, da Europa. À parte a sua desvantagem numérica e econômica, as burguesias emergentes estavam enfraquecidas pelas divisões internas entre a indústria pesada e a manufatura de bens de consumo em grande escala e seus respectivos associados bancários. Também estavam separadas da pequena manufatura e comércio, o que as desprovia de uma ampla base popular. Mas o mais relevante é que as burguesias industrial e financeira recentes, assim como as profissões liberais subalternas, não dispunham de um firme e coerente terreno social e cultural próprio. Inseguras em relação a si mesmas, mantinham-se servís em suas relações com os aristocráticos notáveis da terra e dos gabinetes (MAYER, 1987, p. 87).

A Primeira Guerra Mundial, de acordo com Mayer, foi engendrada pela remobilização dessas forças tradicionais - e não modernas, burguesas -, interessadas em preservar seu poder, *status* e privilégios, e, com isso, vetar a possibilidade de implementação de políticas liberais, democráticas e, da mesma forma, conter as agitações de massa no âmbito interno. A partir do final do século XIX e início do século XX, as principais potências europeias aumentaram suas despesas com material bélico, supervalorizaram a abrangência e o poder de persuasão das forças liberais e democráticas, recorreram a um passado fundador e remoto, e iniciaram o conflito. “As classes superiores da Europa estavam preparadas para levar seus povos a uma catástrofe da qual esperavam, contra todas as esperanças, retirar benefícios para si mesmas” (MAYER, 1987, p. 309)

Conforme explicitamos no início deste artigo, as culturas históricas relacionam-se com o passado e não se constituem produtos exclusivamente historiográficos. A literatura, no nosso caso, os romances históricos, também dialogam com o passado, com a experiência da Primeira Guerra. Segundo Foucault, os livros possuem margens fluidas a partir das quais há a interação com a realidade exterior:



é que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outras frases: nó em uma rede. (FOUCAULT, 1987, p. 47)

O entrelaçamento com os outros nós da(s) rede(s) se fortalece na compreensão de que há a dimensão pessoal do autor e a dimensão coletiva. Ou seja, as obras abarcam também realidades individuais e coletivas, modos de pensar, agir e sentir de grupos que compartilham referências ideológicas, afetivas e intelectuais comuns: “num plano mais profundo, encontramos sempre a presença do meio” (CANDIDO, 2006, p. 63). Versando sobre o passado, ou mais precisamente a memória que se conserva dele, Halbwachs (1990, p. 36) evidencia o vínculo indissociável entre as instâncias individual e coletiva da experiência humana e conseqüentemente da memória.

Paul Bäumer e Frederic Henry são os personagens-protagonistas dos romances **Nada de Novo no Front** e **Adeus às Armas**, de Remarque (1981) e Hemingway (1979), respectivamente, que compartilham as suas memórias das experiências da Grande Guerra.

Paul Bäumer é um jovem colegial alemão de 18 anos que, depois de inumeráveis discursos feitos pelo seu professor na escola, sobre o dever e o amor à pátria, decide, juntamente com seus colegas de turma, se alistar no exército alemão. Depois de um período de treinamento de aproximadamente dois meses e meio, eles são mandados para a batalha, na Frente Ocidental.

Na presença de tamanha violência, crueldade e condições de vida extremamente precárias, Paul se vê diante de questionamentos concernentes ao porquê da guerra, à sociedade que a engendrou e as instituições que a fundamentam, como por exemplo, a escola, o exército e o Estado, bem como, o desalento e a sensação de desnorteamento causados pela guerra a si mesmo e a sua geração.

A situação extrema na qual se encontra contribui para a disparidade percebida e sentida pelo personagem, como por exemplo, os momentos em que a animalidade selvagem aflora nos homens, tornando-os cruéis e assassinos, com o objetivo de simplesmente sobreviverem a qualquer custo, e os momentos nos quais o companheirismo (a irmandade da guerra) e a mera contemplação do céu exacerbam a dignidade e a humanidade desses homens de maneira ímpar.

Assim, Paul e sua geração, de acordo com ele, encontram-se entre o fardo do conflito militar e as “belas” lembranças da juventude e da vida anteriores a ele,

procurando entender o que lhes acontecera e o que lhes restará depois de finalizada esta etapa em suas vidas.

Na segunda obra, Frederic Henry é um jovem americano, estudante de arquitetura em Roma, no período anterior à Grande Guerra. Depois de deflagrado o conflito e com a entrada da Itália na guerra, Henry se alista voluntariamente e é incorporado nas fileiras do exército italiano como oficial-tenente do Corpo Sanitário, na frente aberta na fronteira entre a Itália e a Áustria-Hungria, na região de Gorizia. Na disputa travada entre as tropas desses dois países e seus aliados, Henry era o encarregado de coordenar a manutenção das ambulâncias, bem como, do transporte dos combatentes feridos para os postos e os hospitais designados para tal intento. A função que ocupava fazia de Henry um exímio conhecedor da geografia daquela região.

Atingido e ferido gravemente em um ataque austro-húngaro, na região de Isonzo, Henry passa um longo tempo de recuperação em um hospital na cidade de Milão. Apesar da própria guerra, da destruição causada e dos seus ferimentos, Henry vive um relacionamento amoroso com uma enfermeira inglesa, Catherine Barkley.

Henry e Catherine se conhecem através do tenente Rinaldi, colega de quarto de Henry, ainda em Gorizia. Praticamente, ao mesmo tempo em que Henry é transferido para Milão, Catherine também o é, exatamente para o mesmo hospital, e ambos permanecem na companhia um do outro durante o tempo de recuperação do tenente. Na volta para as suas funções militares, depois da experiência dos dias de paz, Henry se depara com um exército, tanto os oficiais quanto os soldados, cansado e debilitado, e a situação é agravada por uma grande retirada devido ao avanço das tropas austro-húngaras e de seus aliados, os alemães. Neste recuo, Henry se depara com a impossibilidade de realizar com êxito a sua missão de levar as ambulâncias e seus respectivos carregamentos para o Pordenone, e com uma injusta acusação de deserção por parte da Polícia Militar do Exército Italiano que, na retirada procurava por oficiais desertores, os supostos responsáveis pelo fracasso italiano naquela frente. Perante esta situação infundada e absurda, Henry se decepciona totalmente com a guerra e aí, sim, libera-se de todas as suas obrigações militares, deserta e foge para a Suíça.

Esses dois romances foram escritos no final da década de vinte do século passado, alcançando um enorme sucesso e, de acordo com Eksteins (1991, p. 352), fazendo parte de um período denominado “valorização da guerra”, no qual estes talvez sejam os mais famosos entre tantos outros. Este período valorativo, assim denominado

por se referir às obras sobre a guerra, parece-nos bastante interessante na medida em que parece reverberar uma inquietação coletiva, apropriada pelas personagens, sobre o conflito há pouco vivenciado por praticamente todo o continente: por que uma guerra que demoraria no máximo quatro meses pode durar quatro anos? Por que e como o baluarte da tradição ocidental conseguiu se destruir de forma tão intensa e até então desconhecida? Afinal de contas, o que estava se passando... que forças eram estas que vociferaram contra si mesmas a despeito de qualquer coisa? Diante de tamanho horror e destruição, a guerra se justificava?

Paul e Henry são produtos de criações que, de acordo com Maingueneau (2001, p. 46), são indissociáveis de seus autores e na nossa opinião, dos sentimentos, pensamentos e inquietações de seu tempo e o acontecimento sobre o qual versam. Segundo ele, a obra ou a criação deve ser pensada como biografia:

*bio/grafia*, com uma barra que une e separa dois termos em relação instável. “Bio/grafia” que se percorre nos dois sentidos: da vida rumo à *grafia* ou da *grafia* rumo à vida. A existência do criador desenvolve-se em função da parte de si mesma constituída pela obra já terminada, em curso de remate ou a ser construída. Em compensação, porém, a obra alimenta-se dessa existência que ela já habita. O escritor só consegue passar para a sua obra uma experiência da vida minada pelo trabalho criativo, já obsedada pela obra. Existe aí um envolvimento recíproco e paradoxal que só se resolve no momento da criação: a vida do escritor está à sombra da escrita, mas a escrita é uma forma de vida. O escritor “vive” entre aspas a partir do momento em que sua vida é dilacerada pela exigência de criar, em que o espelho já se encontra na existência que deve refletir (MAINGUENEAU, 2001, p. 46. Grifos no original).

No nosso entendimento, este espelho dialoga também com uma vasta gama de aspectos anteriores a ele, como por exemplo, os interesses comerciais e editoriais sobre as obras, mas também as inquietações sobre as quais já falamos e a aceitação por parte do público leitor.

Refletindo acerca das culturas históricas engendradas sobre a Primeira Guerra Mundial, as duas correntes historiográficas apresentadas, bem como os dois romances, convergem para imagens de momentos de instabilidade, de disputa por poder (interesses aristocráticos *versus* burgueses), de dúvidas, desengano, desnorreamento, sofrimento e horror. Estas imagens ou memórias engendram uma experiência socialmente desestruturante tanto para os países e populações vencidos quanto para os vencedores.

As imagens do modo de guerrear moderno e as suas características (Cf. HOBBSAWM, 1995, p. 51), “inaugurado” na Grande Guerra, envolvendo todos os cidadãos e mobilizando a maioria, com o desvio da economia para a produção de

armamentos, utilizados em quantidades astronômicas, produzindo uma destruição incomensurável e dominando e transformando a vida de todos os países envolvidos parecem ter realmente impressionado e marcado as memórias das sociedades que a experienciaram quanto as posteriores.

Referências bibliográficas:

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONANATE, Luigi. **A Guerra**. Tradução de Maria Tereza Buonafina e Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Fundação UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sociedade e Cultura**: conceitos complementares ou rivais? In: \_\_\_\_\_. **Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia**: ensaios. Bauru: Edusc, 2005, p. 255-282.

EKSTEINS, Modris. **A Sagração da Primavera**. Tradução de Rosaura Eichenberg. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FLORES, Elio Chaves. **Dos Feitos e Dos Ditos**: História e Cultura Histórica. In: Revista Saeculum 16. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Cultura Política e Cultura Histórica no Estado Novo**. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). **Cultura Política e Leituras do Passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HEMINGWAY, Ernest. **Adeus às Armas**. Tradução Monteiro Lobato. 13. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875 – 1914**. Tradução de Siene Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et. al]. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996.

MAINGUENEAU, Dominique. **O Contexto da Obra Literária**: enunciação, escritor, sociedade. Tradução Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAYER, Arno J. **A Força da Tradição**: a persistência do antigo regime (1848-1914). Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

REMARQUE, Erich Maria. **Nada de Novo no Front**. Tradução Helen Rumjanek. São Paulo: Abril Cultural, 1981.